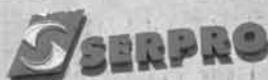




## SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS

CONCURSO PÚBLICO 2013



### Cargo 2: Analista – Especialização: Advocacia

#### LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.

#### CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

#### NÍVEL SUPERIOR

##### OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

##### INFORMAÇÕES ADICIONAIS

0 (XX) 61 3448-0100  
www.cespe.unb.br  
sac@cespe.unb.br



Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas.
- Nos itens que avaliam **noções de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para os itens de 1 a 15

1 O novo milênio — designado como era do  
conhecimento, da informação — é marcado por mudanças de  
relevante importância e por impactos econômicos, políticos e  
4 sociais. Em épocas de transformações tão radicais e  
abrangentes como essa, caracterizada pela transição de uma era  
industrial para uma baseada no conhecimento, aumenta-se o  
7 grau de indefinições e incertezas. Há, portanto, que se fazer  
esforço redobrado para identificar e compreender esses novos  
processos — o que exige o desenvolvimento de um novo  
10 quadro conceitual e analítico que permita captar, mensurar e  
avaliar os elementos que determinam essas mudanças — e para  
distinguir, entre as características e tendências emergentes, as  
13 que são mais duradouras das que são transitórias, ou seja, lidar  
com a necessidade do que Milton Santos resumiu como  
distinguir o modo da moda.

16 No novo padrão técnico-econômico, notam-se a  
crescente inovação, intensidade e complexidade dos  
conhecimentos desenvolvidos e a acelerada incorporação  
19 desses nos bens e serviços produzidos e comercializados pelas  
organizações e pela sociedade. Destacam-se, sobretudo, a  
maior velocidade, a confiabilidade e o baixo custo de  
22 transmissão, armazenamento e processamento de enormes  
quantidades de conhecimentos codificados e de outros tipos de  
informação.

Helena Maria Martins Lastres *et al.* **Desafios e oportunidades da era do conhecimento**.  
*In: São Paulo em Perspectiva*, 16(3), 2002, p. 60-1 (com adaptações).

A partir das ideias e dos argumentos suscitados pelo texto, julgue os itens subsequentes.

- 1 De acordo com a argumentação desenvolvida no texto, a necessidade de “distinguir o modo da moda” (l.15) corresponde à necessidade de identificar e compreender os novos processos (“modo”), o que é dificultado pela difusão de interpretações parciais e superficiais do que ainda é difícil perceber e definir, que algumas vezes vira “moda”.
- 2 No texto, é abordada a necessidade de se lidar com as tendências e mudanças derivadas das novas formas de conhecimento, objeto do que se denomina, hoje, por era do conhecimento.
- 3 Da leitura do texto infere-se que o novo milênio engloba a era do conhecimento, em que a vantagem competitiva decorrente da produção e comercialização de bens e serviços ocorrerá por meio da geração do conhecimento, que permitirá a manutenção do potencial inovador das organizações.
- 4 Deduz-se do texto que são perenes as perspectivas, tendências e inovações dos processos de desenvolvimento surgidos com a era do conhecimento.

No que se refere às estruturas linguísticas do texto, julgue os itens a seguir.

- 5 Seria mantida a correção gramatical do texto caso fosse acrescentada a expressão **que é** imediatamente antes do trecho “caracterizada (...) conhecimento” (l.5-6) e fossem suprimidas as vírgulas que o isolam.
- 6 Estariam mantidos a correção gramatical e os sentidos do texto se, na oração “aumenta-se o grau de indefinições e incertezas” (l.6-7), a forma verbal estivesse flexionada no plural, desde que suprimida a partícula “-se”.
- 7 A correção gramatical do texto seria mantida, caso a mesma forma de colocação do pronome “se” no segmento “que se fazer esforço” (l.7-8) — anteposição à forma verbal — fosse empregada em “aumenta-se” (l.6), “notam-se” (l.16) e “Destacam-se” (l.20).
- 8 O texto permaneceria gramaticalmente correto caso o vocábulo “portanto” (l.7) fosse deslocado para o início da oração, da seguinte forma: Portanto, há...
- 9 O vocábulo “redobrado” (l.8) tem, no contexto, sentido diferente do de **reduplicado**.
- 10 Não resultaria em erro sintático ou semântico a substituição do verbo “compreender” (l.8) por **entender**.
- 11 A correção gramatical do texto seria preservada caso o verbo **permitir**, no segmento “o que exige o desenvolvimento de um novo quadro conceitual e analítico que permita captar” (l.9-10), fosse flexionado no pretérito imperfeito do mesmo modo verbal (subjuntivo): permitisse.
- 12 O trecho “avaliar os elementos que determinam essas mudanças” (l.11) poderia ser reescrito, com correção gramatical, da seguinte forma: avaliar os elementos que são determinantes de tais mudanças.
- 13 Na linha 20, o vocábulo “sobretudo” pode ser corretamente substituído por **mormente**, sem prejuízo para a estrutura gramatical e os sentidos do texto.
- 14 No primeiro período do texto, a substituição do predicado “é marcado” por **caracteriza-se** redundaria em prejuízo à correção gramatical e aos sentidos do texto.
- 15 O vocábulo “essa” (l.5) alude ao “novo milênio” (l.1), “era do conhecimento, da informação” (l.1-2).

1 O setor de tecnologias da informação e comunicação  
 (TICs) impulsiona um conjunto de inovações  
 técnico-científicas, organizacionais, sociais e institucionais,  
 4 gerando novas possibilidades de retorno econômico e social  
 nas mais variadas atividades. Por contribuir para a elevação do  
 valor agregado da produção, com reflexos positivos no  
 7 emprego, na renda e na qualidade de vida da população, esse  
 ramo vem obtendo *status* privilegiado em diversas políticas e  
 programas nacionais para a ampliação do acesso às  
 10 telecomunicações, aceleração da informatização e mitigação da  
 exclusão digital. Como exemplo, podem ser destacadas as  
 propostas de fortalecimento da competitividade inseridas no  
 13 âmbito da Política de Desenvolvimento Produtivo do  
 Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, que são  
 imprescindíveis em face do panorama da crise financeira  
 16 internacional.

Cristiane Vianna Rauhen *et al.* *Relatório de acompanhamento setorial. In: Tecnologias de informação e comunicação*, v. III. UNICAMP e Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial, ago./2009, p. 10-1 (com adaptações).

No que diz respeito aos argumentos e às estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens que se seguem.

- 16 A correção gramatical e o sentido do texto seriam mantidos se o segmento “Por contribuir para a elevação do valor agregado” (ℓ.5-6), fosse assim reescrito: Por contribuir, juntamente com a elevação do valor agregado.
- 17 Na estrutura “com reflexos positivos no emprego, na renda e na qualidade de vida da população” (ℓ.6-7), é obrigatória presença da vírgula porque os constituintes frasais estão ligados por processo de subordinação.
- 18 Pelas relações de sequenciação e concatenação estabelecidas entre os elementos textuais, depreende-se que a expressão “esse ramo” (ℓ.7-8), retoma diretamente o termo “tecnologias” (ℓ.1).
- 19 Da leitura do texto depreende-se que as TICs representam a nova base tecnoprodutiva em conhecimento e podem ser consideradas as principais difusoras de progresso técnico nos dias de hoje, além de constituírem elemento estratégico das organizações e instituições.
- 20 No trecho “O setor de tecnologias da informação e comunicação (TICs) impulsiona um conjunto de inovações (...) institucionais” (ℓ.1-3), o termo “conjunto” exerce a função de núcleo do complemento direto da forma verbal “impulsiona”.

1 Segundo teorização do filósofo McLuhan, a palavra  
 falada era o meio mais completo de comunicação, porque,  
 embora se destinasse a ser escutada, envolvia também a  
 4 participação de outros sentidos, como o tátil (gestos) e o visual  
 (expressões faciais). As culturas orais são integrais, porquanto  
 seus membros agem e reagem ao mesmo tempo. Os indivíduos  
 7 são bem informados, constituem pessoas completas,  
 formadoras de uma irmandade total.

Entretanto, o descobrimento da escrita e, mais tarde,  
 10 das técnicas de impressão teve profundo impacto sobre a  
 cultura: destribilizou a humanidade, rompeu a associação entre  
 os sentidos e modificou a maneira de o homem perceber o  
 13 mundo e com este se relacionar, tornando-a solitária, técnica,  
 fria e impessoal.

Com o advento da era eletrônica do audiovisual,  
 16 concebeu-se uma maneira de socializar o conhecimento, o que  
 permitiu o reforço dos laços de irmandade entre os homens. A  
 tecnologia, de forma gradual, cria um ambiente humano  
 19 totalmente novo. Os indivíduos são modificados por suas  
 técnicas de comunicação. As primeiras mídias eram extensões  
 do corpo e dos sentidos, dos olhos e dos ouvidos humanos. As  
 22 telecomunicações constituem não só extensões do sistema  
 nervoso central, mas também técnicas que sobre ele rebatem,  
 determinando uma modelagem da sociedade.

Francisco Rüdiger. *As teorias da comunicação*. Porto Alegre: Penso, 2011, p. 122-3 (com adaptações).

Julgue os itens subsecutivos, relativos às ideias e estruturas linguísticas do texto acima.

- 21 Da leitura do texto infere-se que, com o surgimento da cultura impressa, criou-se um novo tipo de homem e de sociedade, o que favoreceu sentidos como a visão em detrimento de outros e, ao mesmo tempo, engendrou determinada forma de racionalidade limitadora, que veio a ser modificada com a era seguinte.
- 22 Se a frase “tornando-a solitária, técnica, fria e impessoal” (ℓ.13-14) fosse substituída por **tornando-o solitário, técnico, frio e impessoal**, a correção gramatical do texto seria mantida, e a alteração facultaria ao leitor atribuir ao “mundo” (ℓ.13) ou ao “homem” (ℓ.12) as qualidades relacionadas a solidão, tecnicidade, frieza e impessoalidade.
- 23 Na linha 5, o vocábulo “porquanto”, que liga orações coordenadas, pode ser substituído por **conquanto**, sem prejuízo para a correção gramatical ou para a ocorrência textual.
- 24 O texto permaneceria gramaticalmente correto se a forma verbal “teve” (ℓ.10) fosse flexionada no plural — **tiveram** —, caso em que estaria concordando com os segmentos “da escrita” (ℓ.9) e “das técnicas de impressão” (ℓ.10).
- 25 Extrai-se do texto a concepção de três épocas distintas na história da comunicação: a época da oralidade primária, anterior ao surgimento da prensa, a época gutenberguiana do impresso, em que se descobriu um novo modo de conservar a memória, aumentando-se seu volume e sua liberdade de emprego, e a época eletrônica do audiovisual, em que foi concebida nova forma de socialização do conhecimento.

O documento abaixo constitui exemplo de um tipo de comunicação oficial que, salvo algumas adaptações, segue o padrão ofício.

\_\_n.º 0014/2013-CC-PR

Brasília, 26 de fevereiro de 2013.

Senhora Presidenta da República,

Submeto à consideração de Vossa Excelência a proposta anexa de Código de Conduta da Administração Federal, elaborado com a importante contribuição da Comissão de Ética Pública, criada pelo Decreto n.º 32, de 26 de maio de 2003.

A linguagem do Código é simples e acessível, com o objetivo de assegurar a clareza das regras de conduta do administrador, de modo que a sociedade possa sobre elas exercer o controle inerente ao regime democrático.

Além de o administrador ter de comportar-se de acordo com as normas estipuladas, o Código exige que ele observe o decoro inerente ao cargo.

A medida proposta visa à melhoria qualitativa dos padrões de conduta da administração pública, de maneira que este documento, uma vez aprovado, juntamente com o anexo Código de Conduta da Administração Federal, poderá informar a atuação das autoridades federais, permitindo-me sugerir a publicação de ambos os textos, para imediato conhecimento e aplicação.

Essas, Senhora Presidenta da República, são as razões que fundamentam a proposta que ora submeto à consideração de Vossa Excelência.

Atenciosamente,

Fulana de Tal

Ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República

Com fundamento no **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens de **26 a 30**, relativos à adequação da linguagem e do formato da correspondência oficial acima apresentada.

**26** O expediente oficial veiculado no modelo constitui uma exposição de motivos, encaminhada por uma ministra de governo à presidenta da República Federativa do Brasil.

**27** A forma de tratamento empregada no vocativo “Senhora Presidenta da República” está adequada ao gênero de correspondência oficial expedida e à autoridade a que está dirigida.

**28** Na correspondência oficial apresentada, o emprego da primeira pessoa do singular, por meio das formas verbais “Submeto” e “permitindo-me sugerir”, embora não represente uma postura de modéstia, possibilitou que o assunto fosse comunicado de modo claro e impessoal, o que se verifica pela ausência, no corpo do texto, de impressões individuais e parciais do remetente.

**29** O fecho utilizado no expediente oficial em apreço cumpre suas funções de arrematar o texto e de saudar corretamente a destinatária do documento.

**30** No documento oficial em questão, verifica-se a apresentação do problema que reclama a adoção da medida ou do ato normativo proposto e também da medida que deve ser tomada ou do ato normativo que deve ser editado para solucionar o problema.

---

Com base no Estatuto Social do SERPRO (Decreto n.º 6.791/2009), julgue os itens a seguir.

**31** Compete ao diretor-presidente a elaboração da política de gestão e a fixação das diretrizes básicas de atuação do SERPRO.

**32** O SERPRO assumirá a defesa de integrantes e ex-integrantes da diretoria e dos conselhos da empresa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados, desde que as ações desses funcionários tenham sido praticadas no exercício do cargo ou função e que não haja incompatibilidade com os interesses da empresa.

**33** O Conselho Diretor do SERPRO é composto pelo presidente do conselho, seu substituto direto e três diretores-conselheiros, sendo todos eles indicados pelo ministro da Fazenda.

**34** A chefia das unidades estruturais do SERPRO é privativa de funcionários integrantes do quadro de pessoal dessa empresa, excetuando-se as chefias vinculadas às unidades de assessoramento das diretorias e às unidades subordinadas diretamente ao diretor-presidente.

No que se refere ao Conselho Fiscal e à auditoria interna do SERPRO, julgue os itens seguintes.

- 35** A remuneração dos membros do Conselho Fiscal do SERPRO é fixada anualmente, nos termos da lei, pelo ministro da Fazenda, não podendo ultrapassar 10% da remuneração mensal média dos diretores desse órgão.
- 36** As reuniões do Conselho Fiscal devem ocorrer, no mínimo, a cada dois meses, a fim garantir o pleno funcionamento da organização.
- 37** O substituto interino do titular de auditoria interna deve ser aprovado pelo Conselho Diretor, após indicação do diretor-presidente.
- 38** A designação do titular da auditoria interna do SERPRO deve ser aprovada pela Controladoria Geral da União para garantir a lisura do processo e integridade da nomeação. No entanto, a destituição do titular é encargo do diretor-presidente, com aprovação do Conselho Diretor.

---

Considerando o Código de Ética e Conduta Empresarial do SERPRO, julgue os itens a seguir.

- 39** O SERPRO age eticamente quando procura estabelecer relações com seus fornecedores e com empresas prestadoras de serviço em harmonia com os princípios que adota e com a moral social.
- 40** O negócio do SERPRO é o desenvolvimento e a distribuição de *softwares* para a administração das finanças públicas em nível federal.
- 41** A capacidade de inovação é um dos fatores críticos que direcionam o comportamento e a ação do SERPRO.
- 42** A missão do SERPRO é tornar-se líder na criação de soluções em tecnologia da informação e comunicação para a formulação de políticas públicas no país.

Ainda em relação ao Código de Ética e Conduta Empresarial do SERPRO, julgue os itens que se seguem.

- 43** Como forma de evitar condutas que atentem contra a moral e a ética pública e empresarial, qualquer empregado do SERPRO deve estar atento aos interesses da empresa ao interagir com clientes, órgãos governamentais e demais instituições e organizações.
- 44** O dirigente do SERPRO que aceitar presentes de qualquer valor por parte de um subordinado agirá de forma antiética.
- 45** Constitui infração, tanto ao Código de Ética e Conduta Empresarial do SERPRO quanto a outros dispositivos legais e regulamentares vigentes, a omissão do empregado do SERPRO em relação a erros e infrações cometidos por colegas da mesma empresa.

---

Acerca de sistema operacional Linux e BrOffice, julgue os itens a seguir.

- 46** Em um documento elaborado no Writer do BrOffice, é possível criar colunas, inserir gráficos e definir bordas.
- 47** O BrOffice é um pacote de *softwares* que permite a edição de textos extensos, a criação de planilhas com gráficos e a realização de apresentações com animações.

---

A respeito de Internet Explorer, Outlook Express, Webmail e sítios de buscas, julgue os próximos itens.

- 48** O Outlook Express é um aplicativo que funciona de forma semelhante ao Webmail, por meio do qual se acessa, via navegador, *emails* usando-se qualquer computador que esteja conectado à Internet.
- 49** Para que sejam restauradas todas as abas e janelas do Internet Explorer, é suficiente selecionar, na aba Ferramentas, a opção Reabrir a última sessão de navegação. Essa ação pode ser realizada a qualquer momento da navegação, e não apenas no início de uma sessão.
- 50** Os sítios de buscas disponibilizam, como primeiros resultados de uma pesquisa, as informações armazenadas em arquivos com a extensão doc.

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

À luz do direito constitucional, julgue os itens a seguir.

- 51** O modelo federativo de Estado adotado pelo Brasil se embasa na descentralização política e na soberania dos estados-membros, que possuem competência para se auto-organizarem por meio das constituições estaduais.
- 52** Tendo em vista a possibilidade de alteração de seu texto por meio de emenda, a Constituição Federal de 1988 (CF) é classificada como semirrígida, apesar de possuir um núcleo imutável, também chamado de cláusulas pétreas.
- 53** O Supremo Tribunal Federal (STF) poderá, por meio de interpretação, alterar o sentido de determinado dispositivo constitucional sem alteração material do texto, em procedimento que a doutrina denomina como mutação constitucional.

Acerca dos Poderes Executivo e Legislativo, julgue os itens seguintes.

- 54** Segundo entendimento do STF, se uma comissão da Câmara dos Deputados obtiver a aprovação de projeto de lei no Congresso Nacional que seria de iniciativa privativa do presidente da República, a sanção presidencial do referido projeto não sanará o vício de iniciativa.
- 55** Conforme o entendimento do STF, caso um deputado federal participe de um programa televisivo e ali teça severas críticas contra determinada política de governo, ainda que haja vinculação desse procedimento ao desempenho do mandato, não poderá ocorrer a responsabilização civil ou penal do parlamentar, ainda que suas palavras e opiniões tenham sido proferidas fora do âmbito do Congresso Nacional.
- 56** No exercício do poder regulamentar, os ministros de Estado poderão expedir instruções e editar decretos para a execução de leis, nos termos da CF.
- 57** Se determinada autarquia, ao editar ato regulamentar para o exercício de um direito, criar uma obrigação não prevista na respectiva lei, o Congresso Nacional terá competência constitucional para sustar referido ato.

Julgue os próximos itens, relativos ao Poder Judiciário.

- 58** Se determinado ministro de Estado autorizar a abertura de concurso público para preenchimento de cargos vagos na respectiva pasta, e, no edital do certame, houver restrição desarrazoada quanto à idade dos candidatos, os que forem prejudicados por tal restrição poderão ajuizar mandado de segurança no Superior Tribunal de Justiça contra o referido ministro do Estado.
- 59** O Conselho Nacional de Justiça, apesar de possuir natureza exclusivamente administrativa, foi arrolado pela CF como um dos órgãos do Poder Judiciário.
- 60** A suspensão da eficácia de lei editada pelo governo do Distrito Federal que afronte determinado dispositivo da CF poderá ser pleiteada mediante ação direta de inconstitucionalidade ajuizada no STF.

No que se refere ao Ministério Público da União (MPU), julgue os itens subsequentes.

- 61** Por meio de emenda constitucional, os membros do Ministério Público passaram a ter o direito de exercer atividade político-partidária, razão por que, atualmente, há diversos parlamentares que são membros licenciados daquela instituição.
- 62** Segundo a CF, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União integra o MPU com os mesmos direitos e prerrogativas do Ministério Público Federal.

No que concerne aos princípios constitucionais do direito administrativo, julgue os seguintes itens.

- 63** O princípio da isonomia pode ser invocado para a obtenção de benefício, ainda que a concessão deste a outros servidores tenha-se dado com a violação ao princípio da legalidade.
- 64** O princípio da publicidade vincula-se à existência do ato administrativo, mas a inobservância desse princípio não invalida o ato.

Julgue os itens que se seguem, relativos aos atos administrativos.

- 65** O ato eivado de vício ligado ao motivo, elemento do ato administrativo, é passível de convalidação.
- 66** No âmbito da extinção dos atos administrativos, o fato de um servidor público ser exonerado e o ato de sua exoneração extinguir automaticamente o ato de sua nomeação constitui um exemplo de contraposição.
- 67** Os atos administrativos vinculados são passíveis de controle pelo Poder Judiciário, enquanto que os atos administrativos discricionários submetem-se apenas ao poder hierárquico da administração pública.

A respeito de contratos administrativos e da Lei de Licitações, julgue os itens subsequentes.

- 68** Será nulo qualquer contrato administrativo celebrado e ajustado verbalmente com a administração pública.
- 69** No que concerne à execução dos contratos administrativos, a administração pública responde solidariamente com o contratado pelo inadimplemento dos encargos previdenciários.
- 70** O termo de contrato administrativo, dependendo do valor, é facultativo nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- 71** A atualização monetária é devida a partir do vencimento da respectiva obrigação, ainda que não exista no contrato administrativo cláusula expressa nesse sentido.

Julgue os itens subsequentes, relativos à responsabilidade da administração pública.

- 72** Segundo entendimento do STF, a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva tanto em relação aos usuários, quanto aos não usuários de um serviço público.
- 73** Caso o poder público seja condenado em ação de responsabilidade civil pelos danos causados por seu servidor a terceiro, caberá ação regressiva do Estado contra o servidor, ação esta cujo prazo prescricional será de três anos.
- 74** Na teoria do risco administrativo, verifica-se a necessidade de a vítima comprovar a culpa da administração.

No que se refere ao direito individual do trabalho, julgue os itens a seguir. Nesse sentido, considere que as siglas CLT e TST se referem, respectivamente, a Consolidação das Leis do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho.

- 75** O ordenamento jurídico brasileiro garante à gestante o direito à estabilidade provisória no emprego; entretanto, segundo entendimento do TST, tal direito não é assegurado na hipótese de contrato de emprego por prazo determinado, pois, nesse caso, já se sabe o termo final do pacto.
- 76** São hipóteses legais de faltas graves praticadas pelo obreiro o ato de indisciplina e a insubordinação. Embora semelhantes, a indisciplina se caracteriza pelo descumprimento de ordens diretas e específicas recebidas do empregador e a insubordinação consiste no descumprimento de ordens gerais do empregador pessoalmente dirigidas aos empregados da empresa.
- 77** A sentença normativa, que é uma decisão proferida no âmbito dos tribunais trabalhistas em processo de dissídio coletivo, é considerada fonte formal do direito do trabalho.
- 78** O fato de um indivíduo celebrar acordo para prestar serviço não eventual, subordinado e não remunerado em proveito de outra pessoa configura uma verdadeira relação empregatícia.
- 79** Um dos princípios norteadores das medidas protetivas ao salário é a irredutibilidade salarial. Todavia, esse preceito não é absoluto, uma vez que o ordenamento jurídico brasileiro permite a redução salarial.
- 80** Caso um empregado, reunindo os demais requisitos para a equiparação salarial previsto na CLT, requeira equiparação com outro empregado paradigma que trabalhe em funções idênticas às suas, mas em horários diversos, a diversidade de horários não constituirá obstáculo à equiparação salarial, porque o elemento temporal da simultaneidade na prestação de serviço continuará presente.

Acerca do direito coletivo do trabalho, julgue os itens que se seguem.

- 81** Se, após frustrada negociação coletiva, a assembleia geral de determinada categoria de empregados de uma empresa de processamento de dados ligados a serviços essenciais decidir paralisar temporária e coletivamente o trabalho, a entidade sindical ou os trabalhadores terão de comunicar a decisão ao empregador e aos usuários do serviço com antecedência mínima de setenta e duas horas da paralisação.
- 82** A contribuição sindical, prevista pela CF, advém da vontade do Estado (da lei) e é imposta a toda a categoria. Corresponde a um dia de remuneração do empregado e é descontada pelo empregador na folha de pagamento de seus empregados relativamente ao mês de março de cada ano.
- 83** Segundo o TST, as condições de trabalho alcançadas por força de convenção ou acordo coletivo vigoram no prazo assinado, não integrando, de forma definitiva, os contratos individuais de trabalho.

No que concerne ao direito processual do trabalho, julgue os itens seguintes.

- 84** Compete à justiça do trabalho processar e julgar ação ajuizada por empregado em face de empregador relativa ao cadastramento no Programa de Integração Social.
- 85** Diferentemente do que ocorre no direito processual civil, no processo do trabalho, com base na literalidade da CLT, não é necessário que a petição inicial contenha o valor da causa, as provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados e o requerimento para citação do réu.
- 86** Segundo a CLT, o recurso de agravo de instrumento é adequado para impugnar decisão interlocutória proferida na justiça do trabalho.
- 87** O fato de dois sindicatos discutirem na justiça do trabalho a interpretação de cláusula prevista em convenção coletiva de trabalho configura um dissídio coletivo de natureza jurídica cuja sentença normativa é meramente declaratória.
- 88** O princípio da imparcialidade do juiz não é aplicado no processo do trabalho, pois o princípio da proteção ao trabalhador, que tutela o obreiro hipossuficiente na relação de emprego, suprime a imparcialidade.

Com base nas normas constitucionais e legais sobre direito tributário, julgue os itens subsecutivos.

- 89** Se alguém for devedor solidário de uma dívida tributária da qual ele não seja o devedor original, somente se poderá cobrar dele o pagamento da obrigação tributária após esgotarem-se os recursos para cobrança do devedor original.
- 90** Se a lei atribuir a um terceiro a responsabilidade de pagar certa obrigação tributária, o contribuinte ficará, automaticamente, excluído do dever de pagar.
- 91** Se um devedor da fazenda pública, receoso de que seu veículo seja levado a leilão em execução movida pelo governo contra ele, onerar tal veículo com cláusula de alienação fiduciária, tal oneração será considerada fraudulenta.
- 92** Caso um estado da Federação decida instituir o imposto sobre a propriedade territorial urbana, ele atentará contra as normas constitucionais sobre a competência tributária.
- 93** Por meio dos empréstimos compulsórios, é possível à União financiar projetos de assentamento agrário em áreas sem conflitos sociais.
- 94** A CF previu que as normas gerais de direito tributário seriam objeto de lei complementar; todavia, até a presente data, essas normas gerais são as estabelecidas por meio de uma lei instituída como lei ordinária em sentido formal.

A respeito das normas relativas à aplicação e vigência da lei contidas na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, julgue os itens seguintes.

- 95** Considerar-se-á revogada uma lei até então vigente quando uma lei nova, aprovada segundo as regras do processo legislativo, passar a regulamentar inteiramente a mesma matéria de que tratava a lei anterior, ainda que a lei nova não o declare expressamente.
- 96** Ao decidir uma lide, caso constate que não há lei que regulamente aquela matéria, o juiz deverá suspender o julgamento e aguardar que seja editada lei que regulamente a matéria.
- 97** A lei federal nova aprovada pelo Congresso Nacional que estabeleça disposições gerais sobre uma norma em vigor no Brasil há mais de cinquenta anos revogará a lei anterior e, salvo disposição em contrário, terá efeito retroativo.

Acerca de pessoas físicas e jurídicas, julgue os itens a seguir.

- 98** Nas associações, os associados terão iguais direitos e deveres, sendo vedado instituir categorias de associados com vantagens especiais, mas a qualidade de associado será sempre transmissível por ato volitivo, salvo disposição em contrário do estatuto.
- 99** O menor que, após completar dezesseis anos de idade, vier a contrair núpcias adquirirá a capacidade civil plena, caso em que ficará habilitado à prática de todos os atos da vida civil.
- 100** Os bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica podem responder pelos atos praticados por eles em nome da sociedade, caso os tenham praticado com abuso da personalidade jurídica.

Julgue os itens que se seguem, a respeito de prescrição.

- 101** Decorridos três anos da prática de um ato negocial que, segundo a lei, seja considerado nulo, se a parte prejudicada não requerer a declaração de nulidade do negócio jurídico, haverá prescrição.
- 102** Não corre a prescrição entre avó e neto, e vice-versa.

No que se refere a responsabilidade civil e negócio jurídico, julgue o próximo item.

- 103** Os negócios jurídicos serão nulos de pleno direito quando forem praticados mediante dolo ou coação.

Julgue o item seguinte, relativo a contratos no direito empresarial.

- 104** Em razão da simetria natural das relações interempresariais, não é possível se falar em mitigação do dirigismo contratual nos contratos empresariais.

Com relação aos títulos de crédito, julgue os itens subsequentes.

- 105** A cédula de crédito bancário representativa de dívida oriunda de contrato de abertura de crédito bancário em conta-corrente constitui título executivo extrajudicial.
- 106** No caso de cheque pós-datado apresentado antes da data de emissão ao sacado ou da data pactuada com o emitente, o prazo prescricional de seis meses para o exercício da pretensão à execução do cheque pelo respectivo portador será contado da data de sua emissão.

Julgue os itens a seguir, referentes à falência.

- 107** Sobre os administradores da sociedade limitada recairão os deveres impostos pela lei falimentar no caso de falência, não sendo cabível nenhuma restrição à pessoa dos sócios que não sejam administradores da sociedade.
- 108** A falência do devedor empresário não poderá ser requerida pela fazenda pública, por esta não possuir legitimidade ou interesse de agir.

A respeito de competência e coisa julgada, julgue os itens seguintes.

- 109** Os órgãos de jurisdição brasileira estão legitimados a processar e julgar demanda proveniente de fato ocorrido no exterior se o réu estiver domiciliado no Brasil, ainda que ambas as partes sejam estrangeiras.
- 110** A incompetência absoluta não está sujeita à preclusão e pode ser arguida em qualquer tempo ou grau de jurisdição, enquanto não transitar em julgado a decisão. Todavia, sentença transitada em julgado proferida por juízo absolutamente incompetente será passível de rescisão.

Acerca de prazos, julgue os próximos itens.

- 111** Tanto os prazos próprios quanto os impróprios estão sujeitos à preclusão.
- 112** Caso haja quatro litisconsortes passivos, e cada um deles esteje representado por advogado diferente, o prazo para contestar será computado em quádruplo, e terá início a partir do primeiro dia útil imediato após a juntada aos autos do último aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.

Julgue os itens subsecutivos, referentes aos procedimentos especiais.

- 113** Nas ações de reintegração de posse, é lícito ao autor cumular pedido de reparação de danos materiais e desfazimento de construção ou plantação feita em detrimento de sua posse.
- 114** Os juizados especiais federais cíveis possuem competência para processar, conciliar e julgar ação de desapropriação, divisão e demarcação de terra e execuções fiscais cuja causa não exceda o valor de sessenta salários mínimos.
- 115** O procedimento monitório, por ser de cognição sumária, não é aplicável em face da fazenda pública.

Em relação aos crimes previstos no Código Penal (CP) e na legislação especial, julgue os itens a seguir.

- 116** O funcionário público que cometer crime que envolva licitação, nos termos da Lei n.º 8.666/1993, além das sanções penais, estará sujeito à perda do cargo, da função ou do emprego, ainda que se trate de delito tentado.
- 117** O funcionário público autorizado que inserir dados falsos em sistema de informações, visando causar prejuízos, cometerá crime qualificado de dano contra o patrimônio da administração pública.
- 118** Nos crimes de peculato, o funcionário que reparar o dano até a publicação da sentença condenatória fará jus à extinção da punibilidade.

A respeito das excludentes de ilicitude e do concurso de pessoas no direito penal, julgue os itens que se seguem.

- 119** A responsabilidade penal do agente nas hipóteses de excesso doloso ou culposos aplica-se a todas as seguintes causas de excludentes de ilicitude previstas no CP: estado de necessidade, legítima defesa, estrito cumprimento de dever legal ou exercício regular de direito.
- 120** Havendo concurso de pessoas para a prática de crime, caso um dos agentes participe apenas de crime menos grave, será aplicada a ele a pena relativa a esse crime, desde que não seja previsível resultado mais grave.